

ATA DA 234ª Reunião Plenária Ordinária CADES

I - Dia, hora e local da reunião;

Realizou-se na data de 18 de agosto de 2021, quinta-feira, , sob a condução do Sr. Carlos Eduardo Guimarães De Vasconcellos, Secretário Adjunto da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, representando neste ato o Secretário da Secretaria do Verde e do Meio Ambiente, e Presidente do CADES Sr. Eduardo de Castro, a 234ª Reunião Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES, às 10:12h, de forma virtual pelo Microsoft Teams, convocada pelo Diário Oficial da Cidade de São Paulo.

II - Pauta:

1. Aprovação da ATA da 233ª (ducentésima trigésima terceira) Reunião Ordinária do CADES.
2. Apresentação: "Procedimentos da Compensação Ambiental no âmbito municipal", apresentada pela Dra. Christiane de França Ferreira, Coordenadora da Coordenação de Licenciamento Ambiental (SVMA/CLA)
3. Apresentação: "Arborização: Procedimento e autorização para cortes e propostas para o Programa Plantio Participativo", apresentada pela Eng.ª Agrônoma Priscilla Martins Cerqueira representante da Divisão de Arborização Urbana (SVMA/CGPABI/DAU);

INCLUSÃO DE PÉ DE PAUTA – INFORMATIVO: demanda relativa à discussão do Plano Municipal de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres (PLANPAVEL), o qual a sua elaboração está prevista no Plano Diretor Estratégico do Município de São Paulo à Coordenadora de Planejamento Ambiental (SVMA/CPA), Sra. Rosélia Mikie Ikeda:

- a) Devolutiva da Consulta Pública (relatório para envio por CGC aos conselheiros do CADES (publicado no DOC 26/11/2020)).
- b) Evolução do Plano (aspectos que estão em revisão, a serem validados pelos setores SVMA)
- c) Perspectivas de publicação em 2021.
- d) Sugestões para pauta da próxima reunião e Assuntos Gerais.

TRANSCRIÇÃO AUTOMATIZADA

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Bom dia a todos Conselheiros e Conselheiras e demais presentes na qualidade de Presidente da mesa eu CARLOS EDUARDO GUIMARÃES DE VASCONCELLOS, Secretário Adjunto da Secretaria Municipal do Verde e do Meio Ambiente dou início à 234ª (Ducentésima trigésima quarta) Plenária Ordinária do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável da Cidade de São Paulo - CADES, convocada nos termos do parágrafo 2º do artigo 8º do Regimento Interno Resolução nº 140/CADES/2011, que se realiza na data de hoje, dia 18 de agosto de 2021, quarta-feira, 10:12 de forma virtual pela plataforma Microsoft Teams. Dessa forma passo nesse ato a palavra para nossa Coordenadora Geral do CADES a Senhora Liliane Neiva Arruda Lima para darmos início ao expediente do dia, muito obrigado a todos pela presença e vamos em frente na paz de Deus.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Obrigada Secretário. Bom dia a todos e a todas presentes hoje na reunião do CADES.

Ruído...

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Iniciada a presente reunião passamos para o primeiro expediente do dia aprovação da ata da 233ª Reunião Ordinária do CADES.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Colocamos dessa forma em votação e aprovação do referido item os conselheiros e conselheiras que concordam com a aprovação desta ATA permaneçam como estão e os que discordam, por favor, levante a mão... Tudo bem, por unanimidade, está aprovada, agora passamos para o segundo ponto do expediente: apresentação de procedimentos da Compensação Ambiental no âmbito municipal, esse é um ato do Secretário Eduardo que solicitou para essa questão, parabéns ao secretário Carlos. Apresentação da Doutora Christiane de França Ferreira Coordenadora da Coordenação de Licenciamento Ambiental – CLA, seja bem-vinda Cristiane está presente com a gente? Fique à-vontade com a sua fala, seja bem-vinda.

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - Bom dia a todos, cumprimento o Presidente os demais colegas conselheiros demais presentes e com muita alegria que eu compareço a reunião do CADES para falar sobre uma das unidades do Licenciamento Ambiental que concede as autorizações para obras e demais intervenções no Meio Ambiente por meio dos Termos de Compensação Ambiental, eu trouxe para auxiliar apresentação um PowerPoint que eu encaminhei para a Liliane, como eu estou com dificuldade no meu equipamento eu até estou fazendo uso de o celular para poder participar da reunião, eu peço para a Liliane

se ela pode compartilhar com os colegas esse PowerPoint do licenciamento ambiental que fala dos TCAs., você consegue Liliane fazer essa gentileza para mim?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Sim, nós vamos colocar aqui agora para você tá bom, nós vamos apresentar aqui e você vai falando.

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - Obrigada, isso por favor.

LUCAS TEIXEIRA- Chris, eu vou subir a apresentação aqui tá.

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - Por favor, muito obrigada! como vocês podem ver eu fiz uma apresentação bem lúdica para tornar menos maçante e pegada apesar de que o assunto é bem interessante e gostoso pelo menos é o meu ponto de vista, falando sobre o regramento legal os termos de compromissos ambientais ele encontra uma legislação municipal no Artigo 154 da Lei Municipal nº 16.050 que é o nosso plano diretor, além do Decreto 53.889 de 2013, e em demais das coisas que foram deferidas a esse Decreto posteriormente, antes da reestruturação a coordenação de licenciamento ambiental e os termos de compromisso ambiental, eles eram adidos ao gabinete chamada então de Câmara técnica de compensação ambiental após a reestruturação da Secretaria os TCAs eles passaram a então integrar ao próprio licenciamento ambiental a coordenação, hoje como funciona esse requerimento no município é o interessado ele vem realizar e obter essa autorização para o manejo de espécies arbóreas ou qualquer outro tipo de intervenção ao meio ambiente ele pode por meio de 156 ou diretamente na Secretaria e solicitar autuação do processo administrativo, não existe mais processos físico atualmente e é realizado por meio do SEI. Também é possível quando o interessado ele tem condições de submeter o requerimento dele havia a prova rápido também por meio do SEI esse procedimento então é feito pela via prova rápida dada entrada ao pedido de elaboração e a autorização para fins de TCA, então é provocado os técnicos do então DEPAVE, atual GTMAPP, para proceder uma vistoria preliminar no terreno sendo feita essa vistoria preliminar os técnicos vão verificar se é necessário a realização de adequação projeto com base então no requerimento apresentado que tem lá uma planta da situação atual da situação pretendida qual é a proposta de compensação ambiental e outros documentos que atualmente estão disciplinados no anexo 1º, da portaria nº 130 tal como a matrícula do terreno do imóvel e documentos do interessado de modo geral a grosso modo. Feita então essa vistoria preliminar, se o procedimento estiver ok, é possível a depender do requerimento emitir o laudo de avaliação ambiental quando se trata de um pedido de alvará de aprovação ou um parecer técnico quando se trata então de um pedido de alvará de execução se não houver necessidade de realizar nenhuma adequação a esses documentos preliminares que são entregues, então se houver necessidade vai ser publicado um comunique-se para que então o interessado possa se adequar, emitido esse laudo de avaliação ambiental ou parecer técnico esse é o documento que dá o *start* que orienta a elaboração de manifestação e de espaço que autoriza

a emissão de termo de compensação ambiental, elaboração de manifestação espaço essa minuta é feita pelos técnicos da atual Câmara de compensação ambiental CLA/TCA, e a minuta é encaminhada para o secretário como sugestão, então com base nesse parecer técnico ou laudo de avaliação ambiental defere assim no espaço e defere o andamento desse procedimento publicado então no Diário Oficial o despacho é feito a lavratura do termo de compromisso ambiental, hoje em dia a gente tem um avanço a gente diminuiu muito a emissão de papel, a gente faz tudo pelo SEI, processos eletrônicos tem alguns interessados que tem dificuldade com a assinatura digital a gente não inviabiliza o procedimento. É lógico, mas a gente orienta para que escolha a assinatura digital para eliminar cada vez mais o uso do papel e tem um ganho enorme ambiental porque a gente ganha com menos deslocamentos de pessoas da prefeitura ainda mais hoje onde a gente se encontra num quadro pandêmico é feito tudo no TCA é fica mais fácil publicação no diário oficial, já viabiliza muito o procedimento então esse é um ganho que a gente tem hoje é o que então é feito pela Câmara de compensação ambiental, após o termo expedido que em regra ele tem validade, mas a eficácia dele então só em via de regra com a emissão do alvará de execução apostolado com o número do TCA, entre outras peculiaridades, mas falando da regra geral para não tornar muito longa explanação nem cansativa. Feito isso, em regra o compromissário ele tem 1 (um) ano para executar o manejo aprovado e a compensação dele de acordo com o que foi estabelecido pelo laudo e é compromissada no TCA, ele vai realizar até o final da obra, é feito as fases e relatado e encaminhado esses relatórios fotográficos acompanhados de dar anotação de responsabilidade técnica (RT), os técnicos do DEPAVE vão até o local, analisam novamente de acordo com o relatório fotográfico e o que ocorre no terreno em (inaudível) e emitem suas vistorias para fins de emissão de certificado de recebimento provisório com a execução de parcela do compromisso é possível dar um recebimento provisório. Deste termo de compromisso ambiental, inclusive orienta a emissão dos habite-se e passado o tempo da manutenção desses plantios que são executados a depender do DAP deles ou inferiormente é feita uma nova vistoria com base em provocação do interessado que novamente apresenta um relatório fotográfico e a anotação de responsabilidade técnica e por fim vai para a Câmara de compromisso ambiental que analisa as pausas, todas do PCA principais e acessórias para então poder expedir o recebimento definitivo onde conclui o processo de formação assim bem geral são esses os procedimentos estabelecidos pela CLA/TCA e eu creio que se não houver, o que acontece, se não houver nenhuma interferência não autorizada no terreno o processo ele tem sucesso e emite certificado definitivo quando o os técnicos observam que houve alguma interferência não autorizada, por exemplo, um manejo de uma espécie que era para ser preservada, isso é atestado nos autos, a gente suspende o TCA e é encaminhado para fiscalização. Então, a rotina da CLA, ela se pauta em elaborar essas manifestações e despachos, os termos de

compromisso ambiental os certificados de recebimento provisório e definitivo organizar as reuniões ordinárias e extraordinárias da Câmara que acontecem geralmente quando não há possibilidade de plantio no terreno ou quando há intervenção em APP que precisamos de liberar um local para plantar, um parque. Enfim, ou os requerimentos jurídicos que são provocados a depender de publicação de sanções por descumprimento do próprio termo de forma bem ampla é esse o procedimento que ocorre de acordo com a legislação vigente aplicável. Eu não quero me estender eu sei que a pauta de vocês é grande e eu decidi tornar bem lúdica apresentação para que seja fácil a visualização de todos, eu agradeço a oportunidade.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Chris, muitíssimo obrigado aí pela apresentação, eu acho importante chamar atenção, que me corrija se eu tiver errado, a maior parte dos TCA que a gente aprova, que a gente autoriza, existe o replantio, né, quando a gente chama de manejo a supressão e o replantio de, no mínimo, a mesma quantidade de espécies no internamente ao terreno. Ou seja, é a conta em geral fecha e ainda isso aí sem contar de compensação ambiental que muitas vezes é plantio e outras vezes é depósito ao FEMA, né, ao nosso fundo FEMA, tá? Então.

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - Entrega de mudas de viveiro.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Perfeito, exato, então é muito importante que a sociedade e que os conselheiros também saibam que em geral a conta é zero, ou seja, tira de um lado vai tirar de lado uma árvore ou uma espécie já grande ou já plantado e vai remanejar através da colocação de um espécime novo, né, e isso daí muitas vezes ajuda a cidade, até porque, como a gente tem os casos das espécies invasoras o replantio é sempre realizado com espécies da própria região.

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - Nativos.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Exatamente, com espécime nativo.

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - Perfeito, a portaria nº 130 que se aplica atualmente a esse procedimento ela é muito protetiva a conta de um para um ela acontece em obra de interesse social, em regra é mais protetiva que um para um, muito mais protetiva.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Ajudam bastante, não é Chris.

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - É verdade, ajudou bastante nesse período de férias do Secretário Eduardo, e eu agradeço colaboração.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Não, que isso

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Então, Liliane.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Sim, obrigada Chris pela excelente explanação, obrigada ao Secretário Carlos Eduardo, que está aí sempre presente conosco e solicitou essa pauta muito importante né, a ser apresentado pelo CADES, de grande relevância, para nós.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS -Também Eduardo.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - E até mesmo os conselheiros estar sabendo o que está acontecendo na Secretaria do verde e então agora eu passo para os senhores conselheiros e conselheiras que presente aqui nessa reunião se tem alguma observação ou alguma manifestação quanto à apresentação da Dra. Cristiane ou alguma pergunta para ela, fiquem à vontade.

CYRA MALTA - Eu posso fazer uma pergunta? É Cyra, da Secretaria de subprefeituras, a gente tem uma questão que eu não sei se já foi resolvido, eu estou vendo que tem bastante coisa eletrônica, mas quando se trata do manejo arbóreo por conta da nossa legislação em Passeio Público para fins de construção e aí a Secretaria do Verde ela vai autorizar né, na situação pretendida, às vezes, a pessoa, o interessado ele quer remover a árvore porque ele vai alterar a fachada daquele conjunto de lotes né, para construção e aí a gente tem uma situação que é o seguinte: pelo SP 156 quando a pessoa solicita vai estar integrado diretamente com SGZ, então a gente ficou com um problema, digamos assim entre aspas, não é um problema, é uma questão de definir um fluxo né, com relação à remoção de árvore em Passeio Público para fins de cumprimento de TCA aqui normalmente o interessado entra com uma solicitação junto a subprefeitura correspondente para que ela execute é o manejo arbóreo daquela árvore prevista no TCA e aí a gente tem os conflitos. Porque se isso entra direto no SGZ eu não tenho noção do TCA e do meu ponto de vista como técnica em subprefeitura, seria interessante que quando tem um TCA a Secretaria do Verde encaminhasse esse processo já que está tudo eletrônico para a subprefeitura, porque aí a gente vai fazer a execução da remoção em conformidade com o que foi determinado a partir do processo administrativo e não como hoje a gente ficou, ainda mais com a pandemia, porque antes tinha, entrava na praça de atendimento pedia, e ai gerava todo um conjunto de conflitos né, eu queria saber se nesse fluxo como é que vocês estão pensando o contato né, porque tem desde de uma possibilidade de alterar a lei de dizer assim o interessado que tem árvore para remover em Passeio Público para fins de TCA, ele terá a permissão de executar, esse é um caminho, o outro caminho é, se nós da subprefeitura temos que executar por que que a Secretaria do Verde já não encaminha essa propositura para nós né, assim como a gente tem uma outra coisinha que é o TAC, que também é uma coisa que fica ali no limbo, como é que a gente faz o cumprimento do TAC? Como é que a gente faz, não cumprimento né, mas quando um interessado ele comete, ele é aplicado uma multa E aí a gente fica também com o “pipininho” na mão, como é que a gente encaminha né, quando a pessoa pede diz assim: olha eu gostaria de fazer. A gente diz beleza pode fazer nessa rua aqui, apresenta um projetinho para gente, aí o cara apresenta um projeto para a gente, como é que a gente conversa com a Secretaria do Verde a partir desse momento do ponto de vista eletrônico? Como que isso está sendo pensado pela Secretaria do Verde, em resumo, é eu perguntando

assim: gente como é que a gente se conversa, né, a partir dos instrumentos eletrônicos e como que a gente orienta os interessados também na subprefeitura, ou, como é que a gente vai alterar a lei para resolver esse fluxo, digamos assim, a gente discutiu um pouco isso no PMAU, sabe, no grupo de trabalho integrar a gente acabou conversando um pouco sobre isso, mas a gente ainda precisa avançar né, ou já está avançado e eu é que não estou sabendo né, outra possibilidade. Obrigado, bom dia a todos.

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - Posso me manifestar? Bom dia, posso me manifestar? Ou vou anotar todos as perguntas e falo no final, como vocês preferem? Acho que uma a uma, né. Pode ser?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Fique à vontade se você quiser já responder já a da Cyra e depois o da Patricia pode ficar à vontade.

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - Por favor.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - O que você achar melhor, mais organizado para você responder.

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - Tá, então vamos uma de cada vez.

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - Hoje quando a árvore na calçada o interessado ele tem essa previsão ou na casa da primeira objeto do TCA e ele tem que levar esse TCA a subprefeitura e informar que esse ato é complexo, ele vai fazer a remoção mas ele também precisa da autorização da subprefeitura, isso de acordo lá com a lei municipal salvo engano acho que nº 10.367/87, mas nada impede da gente deixar aberto também esse SEI para a subprefeitura onde tem árvore na calçada a ser executado manejo, a gente inclusive está trabalhando na alteração da portaria nº 130 que disciplina os procedimentos do TCA e a gente pede vista claro essa exigência em procedimento de que a subprefeitura acompanhará o procedimento dos TCA estando o processo aberto a ela, inclusive é mais interessante até para eliminar o papel, porque eletrônico já deixa aberto ele só vai informar que tem um TCA que autoriza cortar árvore na calçada na sua subprefeitura e o número é esse. Mas eu vou ficar atenta para isso.

CYRA MALTA - Desculpa, só uma correção, a lei hoje não permite que o interessado no Passeio Público em via e logradouro público ele execute tá, tem até preço público para isso. Internamente ele pode, ele precisa da autorização, aliás, no caso do TCA nem de autorização exatamente ele precisa porque ele tem um TCA, convém que ele peça para evitar problema, agora a área interna a gente tem como porque a gente pelo SP 156 ele faz a solicitação de remoção apresenta o TCA e não tem problema, o problema é a rua, a praça, o logradouro público, porque ali a lei 10.365/87 não tem previsão, pelo contrário, mesmo com a alteração que ela sofreu da última alteração em janeiro de 2020 sancionada não tem previsão pro privado executar hoje, então quando ele tem um TCA ele tem que entrar em contato com a gente e a avaliação de árvore em área pública ela é um protocolo que está integrado com o

serviço de zeladoria e não tem essa variação do TCA, entendeu? Que aí se torna uma obrigação a gente executar e ele pagar uma taxa público, essa é a questão, e por isso que nós precisamos dialogar e estabelecer o fluxo seja através da alteração de lei, seja estabelecendo um fluxo como, por exemplo, encaminhando para subprefeitura para a ciência e atenção caso entre uma solicitação em relação a isso ou como cidadão vai entrar, ele pode entrar via Secretaria do Verde, a Secretaria do Verde já encaminha com a DAMSP paga dizendo assim: olha esse cara que vocês precisam programar e execução da remoção de árvore na calçada da rua "x" número tal, porque ele vai ele vai construir já está autorizado e isso melhoraria o processo burocrático e agilizaria o nosso atendimento em termos de programação de Eletropaulo, enfim, e o cara tem lá a obra dele para encaminhar só para dizer, inclusive, porque quando ele faz isso sem, ele executa a remoção, ele acaba tendo uma multa porque ele não tem essa permissão mesmo com a Secretaria do Verde tendo autorizada o TCA, percebe? Por conta da lei.

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - Com qual do ato complexo, sim, ele tem autorização pelo TCA e ele tem um problema com a subprefeitura.

CYRA MALTA - Não, ele tem uma previsão legal que ele tem que cumprir, ele tem que pedir para subprefeitura porque ela que pode executar no viário, é uma previsão legal, não é um problema com a subprefeitura mais a gente tem que saber porque ele vem e diz assim eu tenho um TCA aí eu tenho que pegar e perguntar para o verde ou eu tenho que ir agora né no GEOSAMPA ou eu posso ir lá e verificar se ele tem um TCA mesmo, mas eu acho que a gente poderia fazer uma coisa mais inteligente que é tem um processo né, a gente ter ciência desse processo na subprefeitura para fins de ordenamento da execução, eles estão na ordem de serviço de execução estou falando de fluxo mas pode combinar e conversar depois se vocês quiserem.

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE -A ideia. Sim, sem problemas. A ideia é aquela que eu passei a gente já pode deixar aberto para subprefeitura tomar ciência e também o interessado ele tem essa autorização no TCA, ele informa pelo número do TCA estando aberto não há dificuldade, agora alteração legislativa tem que ser feito pelos meios próprios mesmo, sugerindo uma minuta para o poder legislativo e ou direto para o prefeito.

CYRA MALTA - Você sabe que você está falando com uma engenheira agrônoma da Prefeitura, não é?

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - Sim, sim.

CYRA MALTA - Não, então o caminho eu sei, eu estou dizendo que quem é responsável pelo Verde é a Secretaria do Verde. A gente tem a questão e a gente pode melhorar esse fluxo, né Carlos, acho que a gente pode é estabelecer um fluxo melhor assim já que está tudo sendo eletrônico a gente já olha aí o PMAU tá olhando isso, ainda bem né.

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE -Dessa forma que foi colocada você concorda ou tem alguma outra sugestão?

CYRA MALTA - Eu acho que já é um caminho vocês encaminharem para a gente o TAC e o TCA encaminhar para a subprefeitura correspondente para que ela tenha ciência ao processo, porque se vocês encaminham e falam: Tenho ciência. A gente já consegue visualizar o processo eletrônico se eles tiverem SEI, se eles tiverem no, agora não é mais o SLC, mas se ele tiver em outro local se ele não estiver integrado ao outro sistema que só CPDU tem o acesso, não necessariamente o CPO terá.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Ou Cyra, desculpe interromper, mas para mim é um processo extremamente simples, a gente tem o despacho autorizatório, depois do despacho autorizatório você tem a assinatura de TCA e quando TCA é assinado basta liberar o acesso do processo para você né, é simples então a gente não precisa fazer uma bola de neve.

CYRA MALTA - Isso, isso eu concordo. Concordo, concordo.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS -Vamos em frente e a gente tendo alternativa a gente passa a fazer assim, está bom?

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - O TCA (inaudível) já me cumprimentam.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - É só uma questão de exato, é a questão é simples assinou o TCA, exato, assinou o TCA depois da assinatura do TCA a gente libera o processo, vocês liberam acesso do processo ou do termo ou do ato para a subprefeitura, tá? A partir daí vocês.

CYRA MALTA - É só tramitar para suas prefeituras para a ciência dela.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - É, para conhecimento, está bom?

CYRA MALTA - Isso, tramita para conhecimento da unidade de áreas verdes que é quem vai executar, isso perfeito.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Correto, é, Célia por favor se está com a mão levantada você quer dar uma contribuição? Tá, por favor, você poderia falar de onde é só para a gente deixar gravado?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Oi Célia, pode falar por favor.

CÉLIA MARCONDES - Eu gostaria de saber sobre.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Está falhando Célia, você pode repetir por favor?

CÉLIA MARCONDES - Eu gostaria de saber sobre plantio em parceria, não em retirada de árvore, como proceder com plantio em parceria?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Célia essa sua pergunta vai ser na próxima apresentação que é da Priscila e ela vai poder te orientar melhor, está bom, pode ser? Por que da crise TCA de compensação ambiental.

CÉLIA MARCONDES - A que legal (inaudível)

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Obrigada Célia. Dando continuidade à apresentação, agora é com a Priscila Martins Cerqueira, ela vai falar sobre arborização procedimento e autorização para cortes e propostas de programa plantio e participativo também é de iniciativa do secretário Carlos Eduardo sobre a pauta de hoje, apresentada pela Engenheira Agrônoma Priscila Martins Cerqueira, representante da Divisão Arborização Urbana, SVMA/DAU.

PRISCILA Representante da Divisão Arborização Urbana/DAU - Bom dia pessoal, eu peço desculpa inicialmente, obrigada Liliane, eu peço desculpas inicialmente porque aqui na minha agenda estava marcado dia 19 essa reunião, e daí o Lucas e o Sérgio me procuraram aqui no WhatsApp eu entrei agora, então mil desculpas especialmente para a Chris que eu queria muito ter visto a apresentação dela e só peguei esse finalzinho das perguntas.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Bom dia Priscila, seja bem-vinda.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Está gravado Chris, ou, Priscila, está gravado aí é só é só colocar, é fantástico, e fora que a gente tem a Chris lá com a gente, né, a gente pega ela pelo braço carrega a uma sala e bate palminha para ela todo dia.

PRISCILA Representante da Divisão Arborização Urbana/DAU - Antes de eu entrar com a apresentação aqui eu queria fazer um comentário sobre esse finalzinho que a Cyra estava conversando com a Chris, isso que eu acho bem importante a gente fazer um alinhamento aqui como a Chris comentou que a portaria nº 130 tem um grupo já pensando a revisam dela, é superimportante a gente afinar essa conversa porque isso é uma ação que está estabelecida no PMAU e inclusive a gente já está com o nosso grupo de coordenação para implementação do plano essa é uma ação que é prioritária. Então a gente teria mesmo que montar um grupo de trabalho com participação lá no plano está dizendo quais são os setores da Secretaria e de outras secretarias que teriam que estar nessa discussão, então, Chris é importante a gente marcar um outro momento né, para conversar com a gente DAU e mais vocês na CCA, aí mais o Sérgio Arimori lá do DCRA para encaminhar essa discussão da revisão da nº 130 incluindo esses tópicos que a Cyra comentou. Bom, então a gente lá de DAU a gente está à disposição e a gente está coordenando a implementação do plano, então isso é bem importante da gente tentar colocar tudo isso que aflorou aqui na reunião, tá?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Parabéns Priscila e parabéns Dra. Christiane excelente explanação da Dra. Christiane, parabéns.

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - Obrigada, eu posso te encaminhar o que já foi enviado para o jurídico e porque o (inaudível) com muita pressa para a gente concluir esse trabalho e te mando por e-mail, se você tiver alguma alteração para fazer e eu vou também procurar um dispositivo para incluir essa obrigatoriedade de deixar aberto para subprefeituras quando houver a necessidade de manejo em enviar em operador público.

PRISCILA Representante da Divisão Arborização Urbana/DAU - É importante porque assim, lá no plano, né, essa ação que fala revisar a portaria nº 130 tem um rol de itens que precisariam ser discutidos e inseridos nessa nova portaria nº 130 está bom, então se você puder me mandar e a gente conversar?

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - Eu já vou te mandar, tá.

PRISCILA Representante da Divisão Arborização Urbana/DAU - Eu agradeço.

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - Tá combinado. Eu ainda (inaudível) que eu jurídico se manifeste finalmente, tá ok, então já estou fazendo isso.

PRISCILA Representante da Divisão Arborização Urbana/DAU - Tá bom. Eu vou colocar a minha apresentação e aí a gente vai falando sobre os temas aí. Todo mundo já está vendo?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Sim, Priscila.

PRISCILA Representante da Divisão Arborização Urbana/DAU - Deixa eu trocar aqui. Agora melhorou a tela né.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Está sim Priscila.

PRISCILA Representante da Divisão Arborização Urbana/DAU - Bom, vou falar então um pouquinho da arborização porque os 2 temas principais que foi colocado aí na pauta seria é a autorização para corte e também o plantio participativo que a CÉLIA citou agora pouco. Bom, como é que é feita a gestão da arborização aqui no município, então ela é dividida é entre a subprefeitura e a Secretaria, então o que compete às subprefeituras: emitir autorização e executar é corte de árvore que está localizada no viário que está nas calçadas e nos canteiros centrais nas praças e nas áreas livres e emitir autorização para corte de árvores localizadas em áreas internas. A Secretaria do Verde emite autorização e executa corte de árvores localizadas em parques e emite a autorização via o setor DCRA mais o CCA que foi a apresentação da Christiane no caso de áreas internas e de áreas públicas também quando for realização de obras, bom, nós temos como vocês sabem um conjunto de árvores, né, classificadas como vegetação significativa e patrimônio ambiental pelo decreto estadual. No caso dessas árvores autorização é emitida pela Secretaria do Verde, está aqui em azulzinho vegetação significativa, mas o procedimento inicia com a avaliação dessas árvores lá na subprefeitura, então é uma ação conjunta, né, primeiro começa na sub o técnico da subprefeitura avalia emite um laudo e isso é encaminhado para a Secretaria e os nossos secretários tomar a decisão então o fluxo é, sai da sub vem para SVMA/Divisão de Arborização Urbana, nossa equipe técnica faz uma análise desse laudo da situação da árvore e propõe para o Secretário o deferimento ou indeferimento dessa solicitação de corte, tá, nós estamos falando aqui de corte porque poda pela legislação é nº 17.267 de janeiro de 2020, não precisa mais de autorização. No caso das áreas públicas é feito o laudo pelo técnico da subprefeitura e já execução pela equipe contratada e no caso das áreas internas o particular precisa comunicar a subprefeitura que ele vai fazer aquela poda. E nós temos, né, para dar

conta dessas avaliações do laudo e do manejo proposto, nós tínhamos até final de 2019, SISGAU que estava registrando essas informações e num determinado momento houve uma decisão na subprefeitura de que não era mais obrigatório utilizar esse sistema embora ele está ativo ainda a gente tem acesso alguns técnicos continuam utilizando, mas aí a partir de 2020 também nós saímos com o plano municipal de arborização urbana e lá está previsto a implantação do SESARBI. Então a gente vai estar prevista avaliação desses SISGAU, né, o que que a gente vai poder aproveitar desse sistema que a gente usou durante mais de 15 anos e a implantação do SESARBI. Bom, para áreas internas autorização para corte de árvore em área interna então como eu falei quando saiu a lei nº 17.267 de janeiro do ano passado. Houve essa mudança de que no caso de poda não precisa mais de autorização apenas o comunicado, mas no caso de corte continua necessitando de autorização, qual é a exceção? Os casos emergenciais, então, tivemos uma chuva intensa um vento e a árvore inclinou está quase caindo é uma situação emergencial, então, pode ser feito um laudo contratado um engenheiro agrônomo, florestal ou um biólogo para elaborar esse laudo é registrar a situação emergencial da árvore isso ser entregue na subprefeitura tudo via portal 156. Cabe destacar que muita gente acha que esse caminho eletrônico saiu após a lei mas ele já vinha sendo discutido e elaborado desde o final de 2018 trabalhamos em 19 inteirinho né, a engenheira Cyra que está aqui na reunião participou desse trabalho então a gente já vinha trabalhando num serviço de digitalização para facilitar para o munícipe esse pedido de autorização esse pedido de avaliação das árvores localizadas em áreas internas e em janeiro de 2020 saiu a lei então a gente já estava com esse serviço de digitalização quase pronto. E aí nós só fizemos algumas adequações de acordo com a legislação, então no caso de corte de árvore localizada em área interna o interessado pode solicitar autorização. Por esse link do portal 156 ou ele pode comunicar a situação emergencial. É o mesmo processo né, a hora que ele abre esse protocolo no 156 já tem uma ligação com o SEI automaticamente abre um processo SEI que de acordo com o endereço do local do imóvel abre esse SEI dá direto na subprefeitura ao local. Técnico da subprefeitura avalia o laudo que está sendo apresentado pelo contratado ou se o interessado, o munícipe, fez a opção de não contratar um laudo ele também pode pedir a avaliação do técnico da sua prefeitura, então o técnico faz a vistoria avalia árvore e elabora esse laudo, se for vegetação significativa isso é encaminhado para a Secretaria do Verde para o secretário deferir ou indeferir esse pedido. São as etapas, então foi feito laudo foi emitido o despacho para autorização e qual é o caminho para a gente chegar até isso, então entrada aqui pelo portão 156 pelo SIGRC, e a gente antes, né, tinha também entrada diretamente com um e-mail que o município enviava com o ofício que alguma área pública encaminha para a subprefeitura, alguém que telefona e conhece uma pessoa que trabalha lá na sub, né, ou solicita na Câmara, enfim, tinham muitos caminhos de entrada então esse serviço da digitalização confere uma padronização e conseqüentemente agiliza o

atendimento também, né, então no caso de vegetação significativa isso vem para a Secretaria, tem casos também que é além de ser vegetação significativa é a área, né, o imóvel é tombado pelo CONDEPHAAT ou às vezes até pelo IPHAN precisam também passar por esses órgãos, às vezes a árvore está localizada muito próximo à rede elétrica já em contato então temos que acionar a Enel, a CET, se está numa avenida numa rua muito movimentada, SPTrans, tem a publicação no diário oficial até que a gente consegue agendar com todos esses entes e realmente executar o serviço de corte. Bom, quem é que pode realizar poda ou o corte de árvores localizadas em áreas públicas, aqui o exemplo da foto é uma calçada e a gente está vendo um munícipe fazendo isso, certo, nesses casos cabe a subprefeitura fiscalizar quantas autorizações emitidas, então, tem uma equipe, uma pessoa, alguém cortando uma árvore lá, qual é a primeira pergunta que a gente faz? Tem autorização para cortar essa árvore? Se não tem autorização é a subprefeitura que vai autuar, lavrar uma multa, no caso da Secretaria do Verde cabe a multa com relação aos danos ambientais causados aquela árvore. Tudo isso que eu estou contando para vocês está descrito lá no capítulo diagnóstico do Plano Municipal de Arborização Urbana com uma riqueza de detalhes né, aqui eu estou resumindo mas tem esse diagnóstico lá de como funciona a gestão da arborização no município. E além desse diagnóstico, pensando em todas essas questões que aparecem né, quem pode e quem não pode fazer, o que que precisa mudar na legislação o que que precisa mudar nos nossos procedimentos então a gente escreveu um plano de ação. Tem ações para 5 temas que eu já fiz a apresentação aqui para os conselheiros sobre o plano, então eu não vou detalhar muito isso, eu vou detalhar aqui os 2 (dois) pontos que a gente está aqui na pauta de hoje que seria autorização para corte e o plantio participativo, então no caso do envolver nós temos ações previstas para viabilizar esses processos participativos tanto de plantio quanto de manutenção também então para a gente viabilizar isso está previsto lá curso de arborização para a população para os conselhos para os grupos e coletivos que já estão atuando é na cidade, cooperação com a Secretaria Municipal de Educação, cadastro desses grupos e coletivos e população que estão já plantando na cidade e divulgação dos procedimentos de gestão da arborização. Então comunicar com antecedência quando vai ser cortada uma árvore naquela rua, naquele distrito, naquele bairro e com antecedência também quando que vai ser feito é o plantio naquela região e o caso das autorizações para corte nós temos algumas ações propostas no tema cuidar, então padronização de procedimentos são 32 (trinta e duas) subprefeituras e no diagnóstico do plano nós percebemos que tem diferenças de atuação em cada sub então esse procedimento de digitalização que nós fizemos em 2020 já facilitou, mas tem outras coisas que a gente precisa fazer para que o munícipe que deu entrada na sub do Butantã ou na sub da Lapa tenha o mesmo fluxo o mesmo caminho de atendimento, execução dos serviços com planejamento porque como vocês viram tinha tinham várias entradas para solicitar a

autorização para o corte, vinha um e-mail, um telefonema, vinha ofício e aí o atendimento era feito dessa maneira aqui. Se a gente passa a trabalhar com planejamento nós vamos fazer, a gente tem um ganho de tempo operacional com isso, não é, então nós vamos trabalhar nessa rua toda durante os próximos 15 dias e a população também fica sabendo com antecedência o que vai ser feito. Um plano de emergência e revisão da legislação, então consta aqui como eu comentei aqui com a com a Cristiane a revisão da nº130 mais também de outros dispositivos que precisam ser revistos. Ainda integrar e aqui o contato da Divisão de Arborização Urbana, fico a disposição agora para as questões, obrigada.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Obrigada Priscila, pela excelente explanação, do a palavra agora ao nosso Secretário Carlos Eduardo e após aos conselheiros e conselheiras levante a mão e se identificar, por favor. Por favor, Eduardo.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Priscila, muitíssimo obrigado muito bacana ver todo o esforço que está sendo feito em todo o planejamento. Já são 11:00 (onze), vamos direto para as perguntas caso alguém tenha.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Sim, a Jaciara por favor.

COORDENADORA GERAL DO CADES – LILIANE - E logo depois o Lucivaldo.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Só agora a Jaciara, por favor.

JACIARA SCHAFFER - Bom dia, Jaciara zona sul 2. Priscila gente já se conhece há bastante tempo do CADES de Santo Amaro, enfim, a minha preocupação maior é um trabalho muito lindo que você vem desenvolvendo a gente acompanha isso a mais de 4 (quatro anos) anos, a minha preocupação maior é justamente com a padronização e procedimento da Enel, eles não têm nenhuma padronização, eles cortam a árvore tudo, quando a gente vai observando e a gente que é do CADES a gente está muito ligada nessa questão da arborização da cidade de São Paulo, é um crime o que eles cometem, então assim a minha preocupação e eu falo em nome do CADES que a gente deveria fazer uma cartilha algo que tivesse realmente uma padronização no procedimento para essa concessionária. Porque eles fazem um massacre na cidade de São Paulo, é isso, obrigada.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Obrigada, José vamos, por favor é Priscila se quiser dar uma palavra e após o José Ramos. Priscila, está escutando?

PRISCILA Representante da Divisão Arborização Urbana/DAU - Estou escutando, você quer que eu responda já a Jaciara ou aguarda o General Ramos.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Não, pode dar a sua palavra por favor.

PRISCILA Representante da Divisão Arborização Urbana/DAU - Então Jaciara, a gente tem também ações previstas dentro do plano para a gente alinhar melhor os procedimentos junto com a Enel, lembrando para vocês que tem um convênio assinado entre a prefeitura e a Enel, que foi assinado também em 2020, nós participamos inclusive eu e a Círia que está aqui com a gente, da revisão da parte técnica e para esse convênio em relação ao anterior

que era de 2017 nós tivemos muitos avanços, é um pacote de exigências aí pra eles, agora a gente tem que fiscalizar o cumprimento então, temos a expectativa de que vá melhorar, mas além disso que já foi feito em 2020 o PMAU colocou também, eles participaram das nossas reuniões e contribuíram, participaram, então a gente tem um conjunto de ações para implementar nos próximos 5 (cinco) anos visando ainda mais melhoria nessa qualidade da prestação do serviço deles, tá?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Obrigada Priscila, agora eu dou a palavra ao senhor José Ramos, por favor.

JOSE RAMOS - Olá bom dia a todos, bom dia Secretário Carlos e demais. Priscila foi extrema extremamente esclarecedor todo esse posicionamento que você colocou em termos estruturais né, porque nós de forma prática inclusive a gente até pelo CADES Vila Maria enviamos para conhecimento da Secretaria do Verde e Secretaria de Esporte o que aconteceu no clube Thomaz Manzoni foi algo assim é extremamente desqualificado, o que fizeram em termos de supressão arbórea né, numa área que ela, eu tenho 65 anos e eu frequente aquele clube desde quando eu tinha 7 (sete) anos, então atrás das piscinas é uma área fechada uma área de floresta, nós temos ali algumas nascentes importantes e logo quando assumiu o novo prefeito e até o subprefeito, desculpe, o subprefeito anterior ficava esses critérios dizendo que a responsabilidade era exclusiva da Secretaria do Esporte, então mesmo Subprefeito comentava esse tipo de estrutura né, mas, no nosso CADES e isso é uma coisa que a Secretaria agora tem que observar muito está acontecendo que tem muita gente formada e trabalhando e participando voluntariamente nos CADES né, e a nosso exemplo a gente também tem lá gestores ambientais, ativistas, gente que por exemplo pedra 90 (noventa) que participam com arborização quase todos os finais de semana, então essas pessoas, nós mesmos fizemos a vistoria no local, inclusive, todo esse relatório é de conhecimento da Secretaria do Verde porque a gente protocolou e olha para você ter uma ideia até então a gente não sabia do incidente que foi causado por essa supressão foi algo absurdo, porque pegar esse espaço florestal como todo o bosque do clube fizeram a supressão de baixa vegetação né, daquela vegetação média, deixaram árvores que estavam secas, eu vou te dar o exemplo do incidente do guapuruvu, faço questão inclusive de mandar para você se você assim desejar, de quase 30 (trinta) metros de altura enquanto ele tinha o acolhimento da arborização média com relação aos ventos ele estava feliz, a partir do momento que tiraram essa lateral média dele do entorno a munícipe que teve a sua casa abalroada por esse guapuruvu, ela em janeiro de 2021 já alertou através de 156 a possibilidade de um incidente com aquela com aquela árvore seca, e aí posteriormente com a nossa visita do CADES Vila Maria esse mesmo conselheiro que denunciou essa arborização errada que estava sendo feita, ele foi totalmente desqualificado pela então diretoria do clube na época né, e ele insistiu e comentou dessa possibilidade de um acidente

com esse guapuruvu e no 156 olha que engraçado a munícipe que teve a casa quase que destruída por essa árvore, ela já tinha colocado em janeiro e em maio aí, sim veio o acidente o guapuruvu de fato caiu, a sorte segundo essa munícipe foi que os fios de alta tensão da concessionária foi que, foi que meio que recebeu os impactos né, e destruiu parte da garagem dela, então, e nesse mesmo momento todos inclusive esses ofícios estão aí na mão do secretário, porque não logo na sequência o próprio subprefeito um novo nem quis assinar os relatórios junto né, ele alegou para nós do CADES que é porque nós já estavam pedindo o laudo e as motivações daquela supressão para o responsável, e aí não tivemos esse retorno até hoje e no dia que nós reunimos com o novo subprefeito colocando essa coisa toda, não é, todo que todo esse processo ele se recusou inclusive de assinar que é do conhecimento que a gente protocolou na Secretaria, então, quando você menciona áreas internas do setor público e nesse volume de supressão aí que a gente ficou, nós todos não entendemos porquê da não participação da Secretaria do Verde em primeiro fiscalizar entender o processo técnico porque a gente tem um corpo profissional na Secretaria de alta qualidade, e a motivação das atas do próprio CADES Vila Maria comentando sobre essa supressão e elas nem sequer foram encaminhadas para os setores né, e a fala sempre da subprefeitura era o seguinte: Não, isso é da administração da Secretaria do Esporte, então a gente até brincou um pouco né, do nosso jeito brasileiro olha mas quando é para discutir performance de atletas a gente não vai lá discutir com a Secretaria, mas nesse caso específico que é uma supressão extremamente grosseira, a gente pediu não só agora o laudo como também a RT dos profissionais ou da empresa concessionária que realizou isso, porque o conselho olha só que interessante, o conselho do CADES podia se prevaricar por coisas segundo a lei nós enquanto conselheiros temos as nossas responsabilidades e quando o subprefeito se emitiu em assinar também e aí eu não sei se ele conhecia a lei até do próprio CADES né, que ele é o presidente do CADES, ele também prevarica né, porque a munícipe era assim ela entrou no 156 e vai fazer uma ação jurídica e segundo ela pro Ministério Público com relação a isso, porque ela falou é, desculpa até o alongamento, Ramos se não fosse a fiação.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Sr. José Ramos eu peço desculpa também para o senhor porque a gente tem muitas pessoas querendo explicar, por favor.

JOSE RAMOS - Eu vou fechando, não, tá ótimo. Enfim, é isso. Mas o incidente ia ser extremamente grave porque foi às 05:00 (cinco) da manhã, porque se fosse às 7:00 (sete) se você olhar essa área tem 3 (três) escolas no entorno, imagina isso às 7:30 (sete e meia) da manhã com as crianças andando na rua o que poderia ter acontecido, obrigado Liliane. Então é mais ou menos, Priscila para você entender o processo da sua informação, agora a gente entende quem é quem e como se comporta esse regimento todo aí.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Está bom, muito obrigado Ramos, foi colocado na reunião e vamos dar prosseguimento e vamos avaliar direitinho o que aconteceu, tá bom?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Obrigada Secretário. Agora o senhor Lacavo, por favor. O seu áudio está desligado, por favor. Continua desligado.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Vai sim obrigada.

MARCO LACAVA - Desculpe, bom dia Secretário, bom dia senhores Conselheiros e Conselheiras. Eu parabeno a colega Priscila pela brilhante apresentação, enalteço a participação da Cyra com relação a preocupação em ter integração Subprefeitura e Secretaria Verde. Na verdade, a Jacira também observou o massacre que a gente tem visto em algumas áreas e isso promete tema para pautar e aí eu cumprimento o Secretário pela oportunidade de colocar esse assunto tão importante no CADES para que a gente possa tentar de alguma forma a equacionar essa integração entre Secretaria e Subprefeitura. Eu tenho um exemplo aqui na Penha que é chocante, eu particularmente no dia 06/03/13 eu fiz um saque aqui solicitando uma poda de árvore enorme que causou e está causando, ainda porque nada foi feito e eu também não autorizei fazer nada fora da legislação. A lei nº 15.425 faz com que, obriga que nós solicitemos ao público e apontemos um problema para uma possível Instrução ou formas de solucionar problemas. E eu infelizmente desde o dia 06/03/13 de 2013 até agora eu não recebi absolutamente nenhuma notificação de órgão nenhum. Então acho e muito oportuno o tema para que se elabore cartilhas para que se dinamize essa integração, para que o munícipe sinta que exista, não aquilo que o nosso colega acabou de expor, a sensação de desalento de não ter aonde recorrer, o Ramos coloca muito bem essa situação porque ele está sempre em contato no problema, vivendo o problema e descrevendo o problema, então eu acho muito oportuno, parabéns Secretário e parabéns Priscila, vamos fazer o possível para tentar agilizar essa situação aonde a Secretaria começa a ser punida pela população na medida em que algumas coisas não acontecem porque a sua Subprefeitura tem um agrônomo para fazer um depoimento, uma vistoria e depois tem 80 casos por dia quando não entra chuvas e aí complica ainda mais e deixa para o ano que vem. Então eu acho muito oportuno esse tema parabéns Secretário vamos elaborar e toda disposição for necessário para apresentar a sociedade é uma resposta mais dinâmica e mais efetiva no que diz respeito a plantio poda.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Obrigado Sr. Lacavo. Priscila, por favor.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Obrigado, Lacava.

PRISCILA Representante da Divisão Arborização Urbana/DAU - Eu vou fazer uma complementação, eu coloquei aqui no chat da reunião link para o texto completo do PMAU para que os conselheiros possam acessar e no capítulo diagnóstico ter uma noção mais detalhada da situação da arborização e também o que está previsto de melhorias para os

próximos 5 (cinco) anos. Mas eu gostaria de destacar para todos, eu percebo a preocupação dos conselheiros em relação ao volume de árvore que está sendo perdida na cidade, certo? E qual é a atuação tanto do poder público quanto da sociedade em relação a esses procedimentos então da porta para dentro, nós estamos nos organizando para acompanhar melhor essas solicitações de autorização para corte e para fiscalizar também aquilo que está sendo feito sem autorização, isso da porta para dentro, agora da porta para fora tem muitos conselheiros aqui no CADES principal que também tem as suas representações lá nos CADES regionais o caso do General Ramos que fez a sua fala que lá da Vila Maria né, então a atuação é de vocês lá na parte regional acompanhando o que a Subprefeitura está avaliando de solicitação de autorização é superimportante. Então, quando saiu a lei nº 17.267, nós técnicos ficamos muito preocupados que iria ter uma perda maior de vegetação porque o munícipe agora pode entregar um laudo, ele contrata um técnico entrega um laudo está tudo certo, pode cortar? A lei não falou isso, a lei falou que ele vai entregar um laudo com ART e que nós da prefeitura vamos avaliar essa documentação, antes ele entregava o IPTU, um croqui e a foto da árvore, agora ele entrega um laudo, é um documento a mais que ele entrega, então isso precisa ser avaliado então no âmbito regional os conselheiros precisam cobrar que a subprefeitura avalie essa documentação, né. Qual é o motivo? Por que aquela árvore está sendo pedida para ser cortada, é para fazer uma obra? O caminho é outro, é lá na Secretaria do verde, lá pessoal do TCA que vai avaliar isso, daí a árvore está doente então o técnico contratado vai indicar o motivo por que que a árvore vai ser cortada, está doente, então a Subprefeitura avalia e se for vegetação significativa é o verde que dá a decisão final. Saber esse caminho e acompanhar o que está sendo feito lá na regional lá na sub é superimportante né, para a gente ter é uma noção de onde há, então ele não tinha autorização, ele falou que era emergencial, mas a foto não demonstrou, o laudo técnico do técnico contratado não demonstrou essa emergência, é multa. Então a gente vai encaminhar para a fiscalização, está previsto na lei isso, se não era emergencial e cortou, é multa. Então lá na ponta que isso precisa ser acompanhado gente, está bom.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Muito obrigado, Priscila.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Priscila, a dor do munícipe é que muitas vezes quando o munícipe vê, a gente também quando está passando e vê, a gente já tá passando tarde porque a gente sofre quando já vê já houve uma Serra moto, já vê uma árvore já foi retirada e só estão tirando o tronco então isso daí é o que dói a maior parte das pessoas e aproveitando aí que você falou a gente tem que batalhar também para que a visão que você acabou de dar seja realmente respeitada porque eu sei de fato que existe uma certa, estão esticando essa consideração para que valha aqui, apenas o laudo já é suficiente para remoção, e como você falou não é bem assim, não é?

PRISCILA Representante da Divisão Arborização Urbana/DAU - Não é bem assim e nós temos inclusive quando saiu a lei nós da Divisão de Arborização Urbânica encaminhamos um questionamento ao jurídico e temos esse parecer técnico embasando, nós podemos sim contestar esses laudos particulares, não, não está bem embasado, não está demonstrado em deferida a solicitação, não pode cortar.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - É que o laudo já vai direto para o corte, né, então normalmente quando a gente chega já “a eu tenho laudo aqui, já cortei” já aconteceu aí chega à tarde ou nos resta apenas o auto de infração né e a multa.

CYRA MALTA – É, mas é importante. Não posso falar então.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - A Meire tinha levantado a mão, você quer dar uma explicação Meire?

MEIRE APARECIDA - Oi, bom dia a todos, eu queria agradecer apresentação da Chris e da Priscila e só comentar com vocês que em 2018 a UMAPAZ fez um treinamento com o pessoal da Enel né, na verdade não era nem Enel ainda acho que era Eletropaulo e nós demos aulas para 40 coordenadores de equipe para que eles servissem de multiplicadores para o pessoal que fazem a poda na rua, esse curso ele foi bem aceito, foi uma parceria que foi estabelecida acho que através (trecho inaudível) ou coisa assim, eu não lembro muito bem, mas a gente também pode, né Priscila, tentar junto com essas obrigações da Enel retomar isso junto com a Coordenação de Meio Ambiente da própria Enel, desculpa gente que eu estou chegando na UMAPAZ estou um pouco cansada, mas era só para comunicar isso para vocês.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Obrigada Meire, Sr. Jose Ramos está com a mão levantada, o senhor quer falar alguma coisa, por favor, e depois logo depois o Sr. Ângelo.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Obrigado Meire.

JOSE RAMOS - Não, é só comentar a importância. E agradecer a Priscila com relação a essa fala dos CADES regionais né, porque é aquilo que olha só nós vamos ter uma eleição agora, olha a quantidade de profissionais né, gente que é na área do ativismo ambiental que vão estar nesses CADES, a grande importância disso, então reivindico mais uma vez como eu sempre falo, a eu estou nos CADES há 8 anos ou sendo oficial ou sendo suplente ou participando voluntariamente, o que precisa urgentemente como esse curso pro pessoal da Enel, é curso para Subprefeito mesmo para entender qual é não só a responsabilidade de zeladoria que ele tem mas a responsabilidade enquanto meio ambiental gente, porque realmente eu entendo a indicação do Subprefeito a responsabilidade de volta essa coisa toda, mas inclusive a gente temos aqui o representante da Câmara municipal a gente vai encaminhar todo esse processo também para a comissão extraordinária de assuntos de meio ambiente da Câmara Municipal, porque não é possível o Subprefeito não conseguir entender que a gente já vinha desde fevereiro comentando a respeito da supressão que estava

acontecendo, você começa a ouvir motosserra, né, principalmente um vizinho que era um profissional e ele falando “olha o corte está errado, o corte está errado”, o Subprefeito falando que nós não teríamos condição de pedir laudo, eu falei meu mas é institucional o conselho tem que pedir esse laudo e ainda tivemos uma orientação de uma Engenheiro Agrônoma que ela falou “não só o laudo Ramos como tem que vir uma RT também”, a empresa tem, a Priscila comentou agora, a responsabilidade, já pensou se guapuruvu cai em cima da casa da mulher e ou mata a criança, o público no município vai falar à Secretaria do Verde é a responsável, né, então basicamente, é isso, por favor vamos pedir curso pro pessoal da Subprefeitura em termos de CADES que é fundamental, olha o que está chegando de gente boa agora nesse próximo domingo junto aos CADES regionais, é só isso obrigado parabéns Priscila.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Obrigada José Ramos. Sr. Ângelo o senhor quer dar uma palavra.

ANGELO IERVOLINO - Sim.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE -Que seja breve por favor porque nós temos uma outra apresentação da Rosélia, tá.

ANGELO IERVOLINO - A vai ser rápido tá. Bom dia, primeiramente bom dia a todos, bom dia secretário a minha questão é o seguinte, há muito tempo que o Morro do Cruzeiro está abandonado eu tenho recebido quase diariamente notícias de queimada lá em cima no morro, já tinha pouca vegetação e com essas queimadas que está tendo daqui a pouco a gente vai perder a riqueza que é o Morro do Cruzeiro o segundo ponto mais alto da cidade, infelizmente nas Subprefeituras de São Mateus houve alguma mudança com a saída do Fernando Déles que estava como gestor ambiental lá a gente acabou perdendo um pouco de referência inclusive eu entrei com pedido com o Lucas para uma apresentação da Secretaria de como está a questão do Morro do Cruzeiro e também do parque a cabeceira do Aricanduva era isso.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Assim seria uma sugestão de pauta, né, então eu peço por favor para o senhor encaminhar no e-mail do CADES, tá.

ANGELO IERVOLINO - Bom eu já enviei para o e-mail do CADES e também para o E-mail do Lucas.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - A legal, o Lucas está aqui do meu lado e ele vai receber esse e-mail do senhor, obrigada.

ANGELO IERVOLINO - Obrigado.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Cyra, você levantou a mão, por favor.

CYRA MALTA - É, tá ativando aqui o microfone. Eu levantei a mão sim, é só rapidinho assim para não atrapalhar muito o andamento já que tem outra apresentação ainda da Rosélia, mas eu acho que tem uma questão que é o convênio da Enel é de tutela da Secretaria de

Subprefeituras, né, e a gente fez um esforço muito grande para a construção do novo convênio e do termo de referência técnica para algumas garantias e a gente tem integração com esses a SGZ, então talvez fosse interessante pedir para a Secretaria de Subprefeituras através da COPLAN é apresentar os dados que a gente tem né em relação ao convênio, né, como é que funciona o sistema de gestão de zeladoria eu acho que é interessante para os conselheiros entenderem todo o processo é de promoção digamos da informatização de todos os serviços da Subprefeitura e não apenas o de poda é que o de poda tem uma interface, né, podem remoção ter uma interface como a Secretaria de é da Secretaria do Verde né, uma interface é importante até para entender do lado da Secretaria de Subprefeituras o que acontece porque o verde não tem o domínio sobre o que acontece na Subprefeitura com relação às autorizações de área interna e tudo mais, a alteração da lei em janeiro de 2020 fez com que a gente movimentasse muito, promovesse uma série de diálogos né entre a Secretaria de Subprefeituras e a Secretaria do Verde, inclusive propondo a atualização da nº10.365 que se encontra na Câmara né? Nesse momento então eu acho que só para aliviar um pouco a gente tem aí 2 processos uma alteração de lei que a gente precisa integrar e melhorar os fluxos então é a gente vai ter uma renovação dos conselhos regionais né a gente trabalhou muito com os no caso da subprefeitura Lapa a gente trabalhou muito com os conselheiros o tema da arborização a Priscila que sempre teve muito presente a Priscila o verde né de uma maneira geral através do PMAU, então eu só queria trazer assim esse elemento que tem coisas que o verde não tem como responder sozinho a gente precisa é talvez contar com essa interface maior de diálogo entre o verde e as Subprefeituras e os seus corpos técnicos eu acho que é importante os conselheiros entenderem isso, porque se não, se a gente não entende um fluxo a gente pede para a Secretaria do Verde o que não começa nela e a gente pede para a Subprefeitura o que não termina nela então a gente é precisa melhorar esse diálogo e esse esclarecimento e a sociedade civil é fundamental, na Lapa pelo menos a gente não faz a autorização automática mediante o laudo, inclusive a gente já teve situações assim que quando a gente pede a complementação de documentos parece que aí não tem mais necessidade de manejo então eram 18 árvores a serem removidas e de repente não são mais 18 dezoito árvores a serem removidas, quando você pergunta qual é a motivação, não é, é fitossanidade? Que problema é esse? aí você pede para o técnico que fez um laudo esclarecer e aí não tem mais necessidade de manejo. São coisas assim que acontecem, então eu acho que a sociedade civil tem que estar muito atenta a esses processos em função das alterações da lei. Desculpa tá, só para pontuar para a sociedade civil que existe aí um outro universo, né.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Obrigada Cyra pela sua explanação. Andréa você está com a mão levantada, por favor.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Liliane, a dona CÉLIA. Lembra lá atrás, não era legal. Dona CÉLIA, a Senhora ainda quer falar?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Para mim não está aparecendo a mão.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Tá bom, então vamos em frente.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Está aparecendo só a Andréa no momento

ANDRÉA FRANKLIN - Bom dia a todos e parabéns pelas apresentações da Christiane e da Priscila. Andréa da São Paulo obras SIURB. Eu queria só dividir com vocês aqui uma preocupação em relação a essa questão da Enel, né, a gente sabe que o trabalho que eles fazem na cidade é um trabalho extenso e essa parte da poda da árvore talvez fique numa condição para eles pelo menos é um pouco menor mas eu percebo que tudo que envolve recursos e tudo que envolve medição de dinheiro tem um peso maior né para as empresas que fazem os trabalhos então assim é uma pergunta não sei se a Cyra poderia auxiliar ou se a Priscila, mas assim existe essa (inaudível) para Enel quando ela faz um trabalho inadequado em relação à visitação e se existe um contrato da prefeitura da subprefeituras da Coordenadoria de Subprefeituras com a (inaudível). É previsto alguma sanção para o volume de trabalho equivocado ou mal feito que a gente tanto ouve falar, imagino que deva ter sim um progresso do que eles faziam anteriormente do que é feito agora né eles estão sendo treinados a gente espera que tenha aí uma melhora, mas assim, infelizmente às vezes precisa é bater no bolso lá da empresa deles saberem que está tendo um olhar de vários órgãos nessa questão né acho importante a Câmara está representada aqui e poder levar esse assunto também, quer dizer, é uma cobrança da sociedade a gente sabe que a parte de arborização é mais fragilizada a gente sabe quando tem e eu falo porque eu trabalho numa obra de uma empresa que faz obras então a gente está o tempo todo aqui atento, né, tanto eu quanto o Douglas que está em SIURB é atento aos projetos para que a gente consiga manter a vegetação o máximo possível preservada e quando não possível a gente tem de compensar da forma adequada no tempo adequado, só que assim são muitas coisas acontecendo, então o que que está certo é quando a gente pega no bolso assim, olha tem sanção, tem multa não vai conseguir com trabalho isso ser recorrente esse pedido e esse olhar atento da sociedade está recorrente e chegar até a Enel, eu não sei o caminho correto se seria via subprefeitura se seria via câmaras se seriam via CADES aqui de fazer alguma recomendação, né, da nossa preocupação com relação de serviços, porque eles estão na rua todos os dias é uma demanda que não tem como a gente não ter, né, a gente não vai conseguir evitar que eles façam as podas, agora que no mínimo faça a poda adequada né que respeite que saiba que tem uma olhar aí de todo mundo em volta, é isso que eu queria contribuir com vocês, obrigada.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Obrigada Andréa. Secretário quer dar uma palavra?

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Fiscalização é. A fiscalização é fundamental não só por parte da municipalidade quanto dos próprios munícipes né a municipalidade não pode estar em todos os lugares simultaneamente né muitas vezes é o que a Andréa falou, abusam da capacidade até para provavelmente evitar uma nova poda em pouco tempo então isso aí é um problema sério que como a Priscila tinha falado a gente tem que trabalhar junto com a com a Enel junto com a SMSUB que é responsável pela contratação, pela gestão, né. É eu sou meio cético em relação a, desculpem minha visão pessoal sou um pouco cético é muito difícil a gente controlar, orientar e tentar fiscalizar né um trabalho que ocorre incessantemente todos os dias da semana né só o só a educação eu falo isso aí constantemente com Meire, só educação constante é água mole em pedra dura bate, bate, bate até que um dia isso aí entre na cabeça das pessoas que meio ambiente tem que ser preservado que as pessoas tem que olhar, que os técnicos tem que olhar além do seu do seu trabalho e do trabalho que vão ter, e ao que resta a prefeitura dentro aí limitar a quantidade de fiscais acompanhar, fiscalizar multar, quando necessário uma mais importante, não adianta multar, não adianta só multar depois que a gente já perdeu a aquele bem jurídico, que a gente já perdeu a natureza, tá, já tá perdido, o que a gente tem que fazer é educar é água mole em pedra dura bate, bate, bate e ensinar, para quê? Para que a gente não perca aquele patrimônio importante da gente só com a educação a gente vai mudar isso, ok. É a forma com que eu me sinto e é o que eu tenho no coração.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE -Obrigada Secretário. Priscila você quer dar uma última palavra ou eu posso passar pauta.

PRISCILA Representante da Divisão Arborização Urbana/DAU - Andréa no âmbito do convênio estão previstos algumas coisas que a gente vai entre aspas punindo a Enel, não é uma punição como autuação porque isso já está previsto é na legislação quanto a fiscalização, eles cortando uma árvore acima da quantidade ou fora da técnica prevista no manual já podem ser multados pela Secretaria do Verde por dano ambiental, e isso em algumas vezes acontece sim porque eles têm empresas contratadas também prestadores de serviços, então nós já tivemos casos na Secretaria de multa para essas empresas, tá, eles têm que seguir o que está de acordo ali no manual e de acordo com o que está no convênio, o que que convênio prevê ele só pode cortar aquilo que ele fez o laudo e encaminhou para a gente um cronograma de execução, ele não pode sair cortando aleatoriamente, né. Então tem tanto no convênio quanto na nossa legislação é de fiscalização está prevista punição. Em tempos passados os conselheiros mais antigos devem lembrar uma ação no âmbito CADES foi feito uma resolução falando sobre a poda drástica, proibindo a poda drástica então nós já tivemos esse instrumento legal saindo aqui desse conselho né e vamos caminhar para

isso novamente, não sei a gente precisa, a minha sugestão é que a gente primeiro de tudo faça valer a implementação das ações que estão no plano, porque ali já foi validado pela sociedade é uma proposta técnica e que passou também por eles como envolvidos né como pessoas que vão executar eles também opinaram sobre essas ações e acordaram que daria para ser feito então a minha sugestão é que aqui como conselho a gente acompanhe passo a passo a implementação do plano, até porque está prevista a revisão desse plano daqui 5 anos então a gente tem 5 anos para fazer isso e alguma coisa aqui olha essa ação não está bem, não está dando certo, vamos revisar como fazer uma nova proposta para o próximo período, né. É isso Liliane, obrigada.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Obrigada Priscila pela excelente explanação.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Acompanhar, monitorar e fiscalizar, não é Priscila.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Verdade Secretário, concordo plenamente.

CYRA MALTA - Só reforçando que é importante que a gente tenha um inventário esse é um ponto que a gente sempre trata com o Secretário e a gente é a partir do sistema de gestão de zeladoria que está vigente a gente hoje tem controle para saber se está ou não autorizado porque a Enel tentou apresentar o plano via sistema e a gente dialoga com Enel via sistema, então por exemplo, uma das coisas que causa estranhamento para o cidadão é quando ele faz uma solicitação, protocolo siga RC e da poda de uma árvore e ela é transferida diretamente para Enel porque está previsto no convênio, então a gente tem a questão de realização em conformidade com o manual de poda, mas é importante saber que a gente também está avançando, né, a gente vem avançando é no monitoramento sistêmico a partir do volume de dados, né e aí o inventário das árvores é fundamental eu sempre falo assim para o Secretário, a gente precisa saber onde estão nossas árvores o PMAU tem como ação o inventário, é importante, tanto para Enel quanto para nós, tanto para Sabesp, para Comgás todas as concessionárias que têm interface algumas no subsolo e algumas na parte aérea da árvore, porque todo mundo vê a parte aérea mas não vê o que acontece no subsolo e muitas vezes a queda de uma árvore não é por causa da ação da Enel, é por causa da ação de outras concessionárias, então é importante é também é perceber esse movimento da Secretaria de subprefeituras no sentido de monitoramento a partir do sistema de gestão de zeladoria.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Muito bom Cyra.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Obrigada Cyra. Dando continuidade à reunião do CADES foi incluída um informativo diante das inteiradas questionamentos dos conselheiros e conselheiras sobre a demanda relativa à discussão do plano municipal das

áreas protegidas, áreas verdes e espaços livres PLANPAVEL, ao qual a sua elaboração está prevista ao plano diretor estratégico do município do estado de São Paulo, então eu vou convidar agora com a palavra a coordenadora de planejamento ambiental o CPA, a Senhora ROSELIA MIKIE IKEDA, ao qual irá fazer algumas informes acerca da demanda.

ROSELIA MIKIE IKEDA - Vocês estão me ouvindo?

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Muito bem Rosélia.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Rosélia por favor. Estamos sim.

ROSELIA MIKIE IKEDA - Então tá bom, bom dia para todos então o que eu vou fazer realmente é isso que ela falou, um informe a respeito do que nós estamos trabalhando em cima do PLANPAVEL né porque havia uma expectativa de que o plano saísse é no ano passado né e então eu vou fazer só um breve histórico porque nem todos acho que estão acompanhando é mas

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Bom dia.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Bom dia.

ROSELIA MIKIE IKEDA - Uma versão completa, né, desse plano ele foi entregue pela equipe que fez a discussão no final de exatamente no dia 31 de dezembro é de 2020 e já no final né desse decorrer do trabalho que foi já pegando o final do ano e também com a pandemia né o que a gente percebeu é que muitos questões pois é talvez a discussão dessas questões não tivessem sido é de fato ter tido sido feito a contento por conta da pandemia que a gente começou a ter muita dificuldade de fazer as conversas né e então o que foi avaliado né pelo gabinete também com a concordância da coordenação de planejamento de que a gente teria que fazer a revisão de alguns pontos, né, e ponto que está sendo revisado é um único ponto que é exatamente sobre o plano de ação do plano, porque essa versão é completa entregue no final do ano ela trouxe é 189 ações separadas nos eixos de áreas protegidas, espaços livres e áreas verdes, muitas dessas ações do 189 já estão nos outros planos porque os outros planos eles saíram antes do plano PAVEL, né, que é tanto o de mata Atlântica quanto de serviços ambientais quantos de arborização urbana esse que é Priscila apresentou é falou sobre ele é já trazem parte dessas ações que estão no PLANPAVEL. Então para que as ações do PLANPAVEL ficassem mais claras de entendimento é nós começamos a fazer um filtro para poder entender exatamente quais eram os compromissos de fato que a gente estava assumindo em relação ao sistema de áreas verdes, então nós estamos fazendo esse trabalho então a partir do de um filtro que a gente fez a gente conseguiu identificar que 100 cem dessas 189 cento e oitenta e nove ações já estão nos outros planos então a gente está trabalhando em cima das 89 oitenta e nove ações não é, já fizemos também uma filtragem a partir da junção de algumas ações que elas podem ser juntadas numa única ação com isso nós reduzimos análise para 72 ações estamos destrinchando cada uma dessas 72 ações para que elas fiquem mais compreensíveis e que tenham mais efetividade né porque a gente

a ideia de que de que as ações de fato elas aconteçam né e para ela ter essa efetividade ela precisa ser bem compreendida e então a gente está trabalhando nisso então o que nós também fizemos, o que é uma classe, nós não estamos vamos ver retirando nenhuma ação que estava discutida no conjunto, o que a gente só está fazendo é uma é tipo uma melhor compreensão, análise, melhor compreensão dessas ações né porque mesmo algumas é a gente é um cuidado que a gente tem porque também nós somos muito cobrados depois de coisas que às vezes são mal compreendidas a gente recebe diariamente processos para responder ao Ministério público, o tribunal de contas porque a gente não explicou bem o que a gente faz e eles entenderam que, né, a gente deveria ter feito então assim a gente está querendo colocar isso numa linguagem que é a linguagem que a gente como que a gente trabalha né no dia a dia as ações da forma como a prefeitura tem condições de trabalhar e então é esse e a gente também está fazendo além desse agrupamento de algumas ações que poderiam ser em vez de 3 ações uma só mas sem retirar o conteúdo dele e também a gente está para poder fazer melhor entendimento a gente classificou eles por tipos né então a gente identificou que tem é basicamente 8 tipos de ações que estão de é subdivididos em 8 tipos vamos dizer assim, um que seria estudo, dois que estaria afeto a é, quer dizer, o plano está remetendo né a que se faça mais é outros estudos, a segunda tipo é a legislação, é aquilo que afeta alteração de legislação ou a proposição de nova legislação a questões de participação seria o terceiro tipo o quarto tipo seriam outros planos né gerando outros planos, quinto tipo seriam projetos, o sexto tipo seriam projetos e obra, Sétimo tipo seria relatórios, e o oitavo seria capacitação. Então a gente está identificando esses 8 tipos e a gente vai então discutir nas equipes das coordenações então das secretarias né a quem vai caber a coordenação dessas ações por esses tipos que nós estamos classificando. Então a gente já verificou também que metade quando você, dos 2/3 das ações 50% é mais ou menos CGPABI 50% é CPA né por conta do tipo de coisa que o plano traz que é realmente questão territorial e questão de áreas verdes né, então acho que, e a gente tem então nós estamos trabalhando com um cronograma de após trabalhar com as coordenações a gente vai fazer uma devolutiva sobre como ficou então esse plano né a partir daquele 189 como a gente vai enxergar agora esses planos de forma mais clara e a ideia é que a gente até o final do ano consiga então publicar o plano. Essa é minha apresentação e eu estou aqui à disposição para algumas perguntas, algumas dúvidas.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Muito obrigado Rosélia.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Obrigada Rosélia.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Queria aproveitar, queria aproveitar aí Liliane aí até com a apresentação da Rosélia, da Chris vamos pedir também para William fazer uma apresentação da próxima vez, William, tá aí? Vou te botar no fogo.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - William, William é o coordenador do CFA.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Isso, é da nossa fiscalização, né, então vamos pedir para a próxima também se toda, a olha o William aí, William vou te botar no fogo, próxima reunião do CADES você faz a sua apresentação, tá bom.

WILLIAM AGRA – CFA - Claro, claro estou à disposição aí conselheiro.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - OK, muito obrigado.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Obrigado William.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Isso aí se ele não tiver numa fiscalização da OIDA né, a gente está tendo eu não sei se os conselheiros têm reparado a gente tem praticamente feito duas, três, quatro fiscalizações nos últimos, pelo menos nos últimos dois meses a OIDA está com força total e estão acontecendo muitas fiscalizações aí nas áreas de mananciais na zona sul da cidade, é trabalho aí que está começando a trazer resultados, uma pena essa parte das invasões tem a questão social envolvida, mas também tem o compromisso de proteger aí a vegetação e os mananciais próximos das nossas represas tá e a gente tem tido muita cooperação muito envolvimento aí dá SIMA né, da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente do estado né, da polícia ambiental e com guarda civil e todos os envolvidos né o pessoal da fiscalização tem, eu tenho é, eu tenho cutucado bastante William ir para, estou sempre mandando o pessoal lá para a zona sul para fazer as fiscalizações, ontem mesmo a gente teve uma, foi ontem ou anteontem, ontem né, anteontem, tivemos uma a realização de uma (inaudível) lá, de uma fiscalização, então é, estamos derrubando tirando e derrubando o que foi tomado né o importante também é que isso daí eu sempre chamo atenção não adianta só retomar o espaço a gente tem que replantar, tá isso, aí é função de todos aí, função nossa. É, eu já fiz uma propaganda Liliane e já coloquei o William na Saia Justa, agora vamos em frente.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Até a nossa próxima apresentação será do nosso coordenador William do CFA. Do a palavra agora para Sônia, por favor Sônia.

SÔNIA HAMBURGER- Eu queria fazer uma pergunta para Rosélia sobre o PLANPAVEL, é eu acompanhei bastante né pelo CADES o processo e também pela rede Butantã aqui nós do Butantã o processo de discussão e de audiências públicas e oficinas do que o PLANPAVEL fez, e eu acredito que o plano que saiu daí e que tem esse 180 cento e oitenta em tantas propostas no plano de ação é resultado de toda essa discussão que tinha um grupo bastante grande e bastante diversificado de pessoas participando inclusive das universidades e de outras secretarias então eu queria perguntar essa revisão, porque eu estou entendendo que está sendo feito uma revisão desse plano que teve um processo bastante rico para chegar nesse resultado então se está sendo feito uma revisão se vai ser novamente feita uma

consulta e quem é que está fazendo essa revisão, que equipe que está responsável por essa revisão, obrigado?

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Obrigada Sônia. Rosélia, por favor.

ROSELIA MIKIE IKEDA - É então Sônia, a gente realmente sabe a gente acompanhou também toda essa discussão o que nós estamos fazendo é, quem está fazendo, é CPA que está fazendo a coordenação do planejamento e que agora a gente vai estender né a discussão para a Secretaria o que o que a gente está fazendo nós não estamos retirando nenhuma ação daquelas a gente só está verificando se essas ações elas estão já sobrepostas a outros planos então ela já está contemplada como ação de outros planos né, ela não vai desaparecer ela vai estar até citada como, simplesmente a gente fez esse filtro para a gente poder entender se essas ações são exequíveis, né, em que tempo é exequível porque a gente tem que colocar ele também num tempo, porque a gente vê que lá tem ações tanto de, e todas estavam a grande parte dessas ações o que assustou muito né tanto a mim como coordenadora quanto a gabinete é que grande parte das ações estavam colocadas como curto prazo e curto prazo é 2 dois anos e 2 dois anos houve a mudança do governo, então é um compromisso né, vamos dizer que o plano PANVEL estava colocando né, a gente mesmo como Secretaria coordenadora do plano estávamos colocando uma coisa que a gente já via que não era exequível né, então o que importa é que a gente torne esse plano exequível, como se chama, pé no chão, que a gente chama, então não é que a gente vai retirar a gente não vai retirar nada, não é exatamente é talvez a palavra revisão esteja mal colocada de fato aí realmente eu peço desculpas porque o que nós estamos fazendo é tentando detalhar melhor e

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Deve que caiu a Rosélia agora ou cortou, só um minutinho por favor. A Rosélia caiu Secretário.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Bom, vamos em frente.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - A Patrícia também tinha uma, Patrícia.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Opa, voltou a Rosélia.

ROSELIA MIKIE IKEDA - Ei, alguém me retirou da reunião parece que eu fui retirada apareceu essa mensagem, eu fui cancelada.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - É que parece que caiu a sua.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Não, deu certo.

ROSELIA MIKIE IKEDA - Pelo menos eu recebi essa mensagem, bom tudo bem, então voltei agora eu não sei se eu já, tem mais alguma pergunta?

SONIA HAMBURGER- Eu agradeço Rosélia o seu esclarecimento, agradeço.

ROSELIA MIKIE IKEDA - Obrigada Sônia pela pergunta, acho que foi bom pois eu esclarecer isso.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Patrícia.

PATRICIA - Bom dia secretário, sou Patrícia da Secretaria Municipal de Urbanismo e licenciamento, queria fazer 3 três questões né, a primeira realmente é para parabenizar a Secretaria do Verde a Secretaria de Infraestrutura e meio ambiente eu vi ontem no jornal né, fiquei supercontente porque eu trabalho no projeto ligue os pontos que é a questão da agricultura lá na zona sul e de fato a nossa angústia muito grande porque a gente acompanha muito pari passu a questão das invasões e ali é aquela área que foi feita a remoção é uma área crucial a gente conhecia a área antes dela ser ocupada era uma área de mata no braço da represa e então de fato eu acho que foi uma área enorme que é muito simbólica para sinalizar que de fato agora as coisas vão tomar um outro rumo né e como o senhor colocou aí é importante derrubar mas é importante revegetar né então quero parabenizar e reportar aí a minha Esperança

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Infelizmente mais do que uma questão aí de urbanismo e habitação existe uma questão muito séria de segurança pública envolvida aí, porque a derrubada não é feita por quem precisa de habitação a derrubada tem sido mais feita por organizações criminosas e a gente tem que combater isso aí de forma muito veemente né.

PATRICIA - Sim, e tentar ser antecipação né porque estava asfaltado com iluminação, aí realmente muito complicado. Mas o que eu queria pontuar em relação à PLANPAVEL também quanto à Secretaria aí que coordenou o plano diretor lá. Em 2014, 2012 E 2014 a gente fica muito feliz que aos poucos os planos previstos no plano diretor estão saindo né a gente teve o plano municipal de mata Atlântica o plano municipal diários prestadores de serviços ambientais a questão do plano de arborização e acho que agora os dois planos que coroarão aí o nosso êxito de fato é o PLANPAVEL e o plano de desenvolvimento rural sustentável né, então de fato Rosélia eu queria na sua figura e complementar porque eu também acompanhei o trabalho heroico aí da sua equipe né e então a gente espera com muita ansiedade que esse assunto porque é um dos planos cruciais, eu concordo com você acho que como foram lançados os outros planos e todos os planos têm metas e tem ações e de fato é importante conciliar o que já está num plano né pra não ficar repetitivo, a única questão que eu queria só perguntar não sei se para o Secretário ou pra Secretaria do CADES lá em 24 de novembro do ano passado ainda acho que estava sobre uma outra coordenação do CADES, houve uma reunião que instituiu uma comissão especial do CADES para o PLANPAVEL, eu estou perguntando isso porque na ocasião eu fui eleita presidente dessa comissão né aí eu queria saber depois eu sei que todas as mudanças e aí a gente ficou na expectativa, após essa revisão há a intenção de criar no CADES uma comissão especial como foi feita com o plano de áreas prestadoras, tal, ou não? Essa é minha primeira pergunta e ele falando aqui eu me recordei aqui de uma questão também de perguntar o secretário a questão do edital para o

pagamento por serviços ambientais, nós estamos esperando o decreto do prefeito né, mas esse ué

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Eu também, eu também. Não é só você Patrícia, não é só você.

COORDENADORA CLA – CHRISTIANE - A idade de todos nós.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Eu também. Não é só você Patrícia, não é só você né, a gente tem trabalhado junto com a nossa, exato, temos batido na porta lá dos Vereadores, o Secretário lá tem conversado com o prefeito e temos a nossa Assessoria Jurídica envolvida e a expectativa é de que isso ai saia o quanto antes.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Rosélia, por favor.

PATRICIA - Em relação a comissão vocês vão (inaudível)

ROSELIA MIKIE IKEDA - É Patrícia a gente não chegou a discutir isso ainda aqui no gabinete com o novo Secretário com nosso novo chefe, mas eu acredito que a minha proposta seria fazer isso né, quer dizer a gente faria essa apresentação do plano como a gente tinha previsto inicialmente, quer dizer uma comissão de acompanhamento que vai recomendar a aprovação do plano no CADES, então minha ideia que no último CADES a gente apresente esse relatório da comissão, então a gente vai começar a montar né eu vou ter uma reunião essa semana com o chefe de gabinete sobre isso a gente vai acertar e quando a gente tiver isso mais certo eu apresento aqui né, talvez na próxima reunião do CADES como ficou, está bom.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE – Excelente, Rosélia.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Dando continuidade à reunião do CADES, agora eu peço por gentileza que todas as sugestões que tiver na próxima reunião como já tem a primeira sugestão que é do secretário Carlos Eduardo que é o coordenador William que apresenta né a próxima parte da fiscalização, eu peço também para os conselheiros e conselheiras também é enviar um e-mail ao cades@prefeitura.sp.gov.br e dando continuidade agora ao término da nossa reunião que foi excelente a apresentação da Christiane, a apresentação da Priscila foi e com a da Rosélia estão de parabéns para todos nós aqui eu dou a palavra agora ao nosso Secretário para o término da nossa reunião.

SÔNIA HAMBURGER - Você me desculpa Christiane, eu só preciso falar ou fazer um informe aqui porque eu tive uma reunião do FUNDURB na semana passada e já apresentações do novo orçamento é para 2022 para aprovação do conselho eu pedi um detalhamento do plano especial de calçadas, então o que foi apresentado é R\$150.000.000 cento e cinquenta milhões para ser usada do FUNDURB para o plano especial de calçadas, então eu queria fazer esse informe aqui para o CADES porque eu estou representando o CADES né, então eu pedi um detalhamento é desse projeto que é da Secretaria municipal de subprefeituras, porque o que foi apresentado foi só um quadro falando R\$150.000.000 cento e cinquenta milhões para as 32 subprefeituras, então eu queria fazer esse informe e queria também fazer

uma pergunta sobre as eleições dos representantes das organizações da sociedade civil para o CADES central, porque existiu um edital de chamamento mas não foi executado né, é eu fiquei meio confusa com esse cronograma de eleição e como a minha associação também nem pode se candidatar novamente eu gostaria de saber como que está esse processo para poder entender aqui na Oeste como que vai ser esse processo, agradeço.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Sim Sonia, eu vou dar a palavra agora ao diretor Lucas que é do CADES ele vai estar dando essa informação para você, está bom.

LUCAS TEIXEIRA - Bom dia a todos, bom dia Sônia, Sonia o mandato da sociedade civil dos conselheiros diante a pandemia né e ao distanciamento social, nós vimos que não ia ser possível acontecer a eleição né, até a data que foi prorrogado, aí decidimos por meio de uma nova portaria prorrogar tendo em vista que já estão sendo executados trabalhos por conselheiros como você que está no FUNDURB, decidimos por prorrogar o mandato até o dia 31 de dezembro e aí estamos dando a melhor forma de fazer uma nova eleição né e já digo de antemão que nós precisaremos da ajuda dos conselheiros da sociedade civil para que haja maior participação social né, porque nós tivemos um grande problema de inscritos para o nosso edital de chamamento, foi totalmente deserto e tivemos pouquíssima adesão e publicamos o site e publicamos em outros grupos e mesmo assim tivemos pouca adesão, então eu gostaria já de pedir ajuda né porque nós também estamos estudando a melhor forma de estar realizando essa eleição de maneira efetiva e segura, está bom.

SÔNIA HAMBURGER - Tá ok, está esclarecido, agradeço. É eu também queria perguntar rapidamente aqui que o meu chat não está ativado, se isso é só para mim. O meu chat não está ativado.

LUCAS TEIXEIRA - Teremos que ver com o TI porque o nosso aqui está normal viu, inclusive de outras pessoas também tem algumas mensagens aqui de outros conselheiros, pode ser um problema com sua máquina.

MAGALI ANTONIA- Para mim também não está aparecendo, é Magali da SMS, ele está só para os administradores.

SÔNIA HAMBURGER - Obrigada, eu vou verificar.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Não, é uma limitação do próprio TEAMS.

CYRA MALTA - Ele está disponível só para quem é da equipe, então é a forma como foi criada a reunião gente, o chat está desativado pela forma como foi criada a reunião tá, só que ele administra a reunião quem é da equipe quem é host do processo é que pode alterar isso, é como o zoom, o zoom (inaudível)

LUCAS TEIXEIRA - Na próxima reunião nós alteraremos essa questão está bom, e pedimos desculpa.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Daniel continuidade e ao término da nossa reunião do a palavra ao Secretário Carlos Eduardo.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Olha, eu pessoalmente adorei a reunião, muito bacana sempre muito bom poder mostrar para o CADES para a sociedade civil para quem trabalha com a gente um pouquinho do que a gente aqui na Secretaria faz é e temos que fazer mais vezes e obviamente discutir eventuais pendências e ações aí que a gente aqui vocês conselheiros e a sociedade mostra para gente que a gente tem que abrir os olhos e tomar providências né, agradecendo por fim, agradecendo a presença de todos e dou por encerrada a essa reunião, muito obrigado a todos boa semana e até a próxima.

COORDENADORA GERAL DO CADES - LILIANE - Obrigada Secretário.

PRESIDENTE DO CADES – CARLOS EDUARDO - Boa tarde a todos.

EDUARDO DE CASTRO

Presidente do Conselho Municipal do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável – CADES
Secretário da Secretaria do Verde e Meio Ambiente